



DIRETORIA LEGISLATIVA
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Ata da 3ª Audiência Pública da **Comissão de Meio Ambiente, Recursos Naturais, Sustentabilidade e Vigilância Permanente da Amazônia (COMMARESV)**, realizada no dia 19/11/2021.

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e vinte e cinco minutos foi realizada, sob a presidência do vereador **Kennedy Marques (PMN)**, a **3ª Audiência Pública** para tratar da regularização dos flutuantes da Orla do Tarumã, em atendimento ao **Requerimento n. 3498/2021**, de autoria do vereador **Caio André**. Participaram da audiência pública, os seguintes representantes: **Luiz Paz Loureiro**, Coordenador da Coleta Seletiva de Manaus, **Luiz Paz Loureiro** – Coordenador da Coleta Seletiva de Manaus; **Sérgio Martins**, Gerente de Recursos Humanos do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM; **Jadson Pinho Maciel**, Idealizador do Projeto Remada Ambiental; **Márcia Almeida Novo**, Idealizadora do Projeto Tarumã Alive, **Semy Ferraz**, Gerente de Responsabilidade Social da Manaus Ambiental; **1º Tenente Thiago Lelis**, 9º Distrito Naval, **Ismael Vieira da Silva**, Coordenador de Meio Ambiente da Amazonas Energia. Presença registrada do presidente da COMMARESV, vereador **Kennedy Marques** e dos vereadores **Caio André (PSC)** e **Sassá da Construção Civil (PT)**. Iniciando sua fala, o proponente vereador **Caio André** demonstrou preocupação com a ocupação de flutuantes e moradores na orla do Tarumã. Ele disse que a audiência pública tinha o objetivo de ordenar o uso do espaço, respeitando o meio ambiente sem retirar nenhum morador das comunidades. O **parlamentar** falou da importância de conservar o rio Tarumã, e relatou alguns problemas encontrados na região, como o acúmulo de lixo e destacou que a maior parte dos resíduos não era produzido pelas comunidades que moravam no Tarumã e, que era importante apontar soluções para o problema. Com a palavra, **Luiz Paz Loureiro**, Coordenador da Coleta Seletiva disse que um dos grandes problemas da marina eram os resíduos. Ele concordou com o vereador **Caio André** ao afirmar que boa parte do lixo acumulado, aproximadamente noventa por cento não era depositado pelos moradores da área e que a quantidade de lixo retirado pela Prefeitura era muito grande, cerca de vinte e quatro toneladas por dia. **Luiz Paz Loureiro** disse ainda que a Prefeitura tinha grande preocupação com a questão dos resíduos nos leitos dos rios e em seguida citou o Projeto Remada Ambiental, formado por educadores ambientais que orientavam a população sobre os cuidados com o meio ambiente. Ele ressaltou que se nada fosse feito no presente, o futuro ficaria comprometido. Sobre os projetos em andamento o Coordenador da Coleta Seletiva citou o concurso





Ata da 3ª Audiência Pública da COMMARESV, realizada no dia 19/11/2021

“A Árvore Mais Bela de Manaus” e enfatizou que tais ações contribuíam para a preservação do meio ambiente. O vereador **Kennedy Marques** disse que era evidente o trabalho que a Secretaria Municipal de Limpeza Pública estava realizando na cidade de Manaus e destacou que a oferta de pontos de coleta era importante, mas ainda era pouco frente a necessidade e sugeriu que fossem disponibilizados postos em diferentes bairros da capital. Ele completou sua fala afirmando que o investimento era alto, mas era o único caminho para uma solução definitiva. O vereador **Caio André** sugeriu a ampliação do serviço da coleta durante as festas de fim de ano. Com a palavra, o **1º Tenente Tiago Lelis**, do 9º Distrito Naval explicou que o flutuante era uma embarcação que operava num ponto fixo e determinado. Ele elencou as características técnicas da embarcação e afirmou que era um mecanismo complexo. **Tiago Lelis** disse que os flutuantes para serem considerados regularizados precisavam ter caixa de dejetos e obedecer a um rito ambiental. Por fim, o **Tenente Tiago Lelis** disse que a Marinha não possuía poder de polícia e que sua atuação era meramente administrativa. Com a palavra, o vereador **Kennedy Marques** disse que as pessoas respeitavam a Marinha do Brasil, pois era conhecida como a Polícia do rio e que os trabalhadores dos flutuantes precisavam cumprir as regras para não causar acidentes, mas ressaltou que era preciso dar um prazo para que todos pudessem se adequar. Novamente com a palavra, o vereador **Caio André** disse que os flutuantes, além do contexto comercial, funcionavam como moradia para os comunitários do Tarumã. Ele falou da necessidade de disponibilizar energia elétrica aos moradores, pois sem energia não seria possível adquirir o título de inscrição. A falta de água potável também foi outro problema apontado pelo vereador. **Sérgio Martins**, técnico do IPAAM disse que há três anos participava da discussão acerca do Tarumã. Ele disse que era importante sair da retórica e adotar ações efetivas e explicou que o IPAAM era o órgão executor da política ambiental. **Sérgio Martins** disse que à medida que se implantavam estruturas nos flutuantes, as pessoas frequentavam mais, o que acabava aumentando a poluição local e de igual forma acrescentou que os maiores causadores dos problemas ambientais na bacia do Tarumã não eram os moradores. Ele disse também que na foz do igarapé do Mariano tinha muito lixo acumulado, material plástico, metálico, flutuando há anos e que era preciso melhorar o sistema de coleta de resíduos sólidos e líquidos a fim de evitar que acontecesse na bacia do Tarumã o que aconteceu em outros lugares do mundo. Com a palavra, **Jadson Pinho Maciel** declarou que todos os pontos já haviam sido citados e considerou como o mais importante a questão do desvio de energia, pois havia pessoas que desejavam se regularizar, mas encontravam dificuldades. Ele sugeriu como encaminhamento a realização, por parte da concessionária de energia elétrica, de uma operação no Rio Tarumã, do sul da foz até as cabeceiras, local onde acontecia o maior número de desvio de energia, que resultaram inclusive em óbito por choque elétrico. Ele ressaltou que sempre participou das discussões envolvendo o tema porque acreditava que tinham o objetivo de fortalecer as comunidades. **Jadson Pinho Maciel** disse que conhecia o





Ata da 3ª Audiência Pública da COMMARESV, realizada no dia 19/11/2021

plano de bacias do Rio Tarumã e que todos os conflitos apresentados não eram atuais e destacou os dados de um estudo realizado que identificou o total de aproximadamente seiscentos flutuantes na área, mas que certamente o dado já estava defasado. Ele explicou que não havia um órgão responsável que apontasse quantos flutuantes cabiam em determinado espelho d'água. Sobre o lixo, ele acrescentou que os moradores não possuíam capacidade financeira para produzir a quantidade de lixo encontrada nos rios. e que a Marina do Davi era a grande vítima. **Jadson Pinho Maciel** encerrou sua fala dizendo que a solução para o problema seria a diminuição da produção de lixo e o incentivo ao não consumo de plástico. Com a palavra, **Semy Ferraz** explicou que a Manaus Ambiental era apenas a concessionária e que precisava cumprir as determinações do Poder Concedente. Ele declarou que iniciativas como a que estava acontecendo eram a melhor forma de encontrar uma solução adequada e acrescentou que se houvesse uma cidade ideal seria muito mais fácil prestar um serviço ideal, mas infelizmente não era a realidade com a qual tinha que trabalhar atualmente. Ele reconheceu que o desafio era grande, especialmente para as pessoas que moravam nos flutuantes. Com a palavra, o vereador **Caio André** apresentou algumas reivindicações como o pedido de prioridade para a região do Tarumã na distribuição de água potável e aumento no serviço de coleta do resíduo sólido. O **vereador** falou ainda sobre a cobrança de cem por cento da taxa de esgoto nos locais em que o serviço não era prestado. Em resposta **Semy Ferraz** disse que a cobrança existia apenas nas localidades onde a rede era oferecida e caso houvesse cobrança irregular a população deveria informar a concessionária. **Sérgio Martins** indagou sobre a existência de projetos encaminhados pela concessionária no tocante à bacia do Tarumã e quais bairros seriam contemplados. Com a palavra, **Jadson Pinho Maciel** solicitou a extensão do serviço da coleta seletiva da balsa até a Marina da Margem. **Ismael Vieira da Silva**, Coordenador de Meio Ambiente da Manaus Ambiental, agradeceu o convite dos vereadores para participar da audiência pública e se colocou à disposição para futuras operações na área do Tarumã. Com a palavra, **Márcia Novo** falou sobre um projeto de revitalização do Porto da Marina do Davi que estava embargado há anos, o que era muito ruim, pois o porto era a porta de entrada para o turista. Ela destacou que o turista era recebido de uma forma muito feia e salientou a necessidade de desburocratizar o porto e fortalecer o turismo na região. **Diogo Vasconcelos**, Empresário de Flutuante falou das dificuldades enfrentadas para regularizar o flutuante. Ele informou que além da quantidade de documentos exigidos, houve ainda um aumento nos critérios que precisavam ser preenchidos. Ele falou também que era importante estar atento às necessidades dos comunitários e completou dizendo que não era possível tratar uma família de moradores com crianças que possuía um restaurante para sua sobrevivência da mesma maneira que o flutuante de aluguel, pois os locatários realmente não tinham nenhum tipo de compromisso. **Diogo Vasconcelos** disse que a Prefeitura de Manaus poderia criar um alvará para os flutuantes de aluguel. Sobre a caixa de





Ata da 3ª Audiência Pública da COMMARESV, realizada no dia 19/11/2021

dejetos apontada como a solução para o problema da poluição, ele disse que que não seria a solução adequada e que o tratamento de dejetos seria o ideal. Ele questionou o representante da Marinha do Brasil sobre o trâmite para o aumento do distanciamento entre os flutuantes. **Thiago Lelis** respondeu que o caminho era o envio de ofício solicitando o distanciamento e em seguida informou que seria feito um estudo local para a análise da possibilidade de aumento da distância de cinquenta metros entre os flutuantes. Com a palavra, a vice-presidente da Marina do Davi, **Sara Guedes da Costa** informou que a localidade contava com a presença de mais de oitenta famílias e que a realidade era muito diferente do que se falava, especialmente com relação ao lixo que não era gerado pela comunidade. Ela falou sobre a presença do projeto Remada Ambiental na comunidade que ajudava bastante, mas não era suficiente. Em seguida, citou as dificuldades enfrentadas pelos moradores como o difícil acesso das crianças às escolas, pois não havia escola na comunidade e os moradores precisavam se deslocar até o bairro da Compensa; falta de um posto de saúde e de energia elétrica. **Sara Guedes da Costa** explicou que os moradores se esforçavam para ter o próprio contador e que no caso dela eram necessários mais de quatrocentos metros de fio para a energia chegar até o flutuante, o que representava o pagamento de quatrocentos metros de energia que ela não consumia, mas pagava, totalizando uma despesa de R\$ 2.000,00 a R\$ 2500 mensais. Ela destacou que era difícil a comunidade conseguir a regularização pois tudo era muito caro: lâmpadas, caixas de dejetos, documentação. Sobre o distanciamento dos flutuantes, **Sara Guedes da Costa** concordou que para o flutuante de aluguel seria viável uma distância superior a cinquenta metros, mas para um flutuante/residência seria mais uma dificuldade a ser vencida. Ela disse ainda que a capitania não permitia que nada fosse atracado nos flutuantes, mas declarou que o sustento dos moradores era oriundo das lanchas que atracavam em seus flutuantes. **Sara Guedes da Costa** pediu um olhar diferenciado do Poder Público para as comunidades porque eles eram apedrejados e cobrados, mas não tinham direito a nada. O vereador **Kennedy Marques** destacou a importância de um planejamento. Novamente com a palavra, **Sérgio Martins** explicou que o IPAAM não cobrava pelo uso da água e que os valores eram cobrados pelos consultores e não pelo órgão. Em suas considerações finais, o vereador **Caio André** disse que conhecia a realidade das comunidades e anunciou o Projeto Arquitetônico da Manaustur que seria subsidiado pela FIEAM. Em seguida, apresentou os seguintes encaminhamentos: operação de combate de desvio de energia na bacia do Tarumã, contadores alocados dentro do flutuante, incentivo à aquisição de energia solar, inexistência de cobrança do IPAAM, força tarefa da Capitania dos Portos para regularização dos flutuantes, água potável para toda a comunidade, recuperação da Marina do Davi. O **presidente**, vereador **Kennedy Marques** disse que a Comissão de Meio Ambiente, Recursos Naturais, Sustentabilidade e Vigilância Permanente da Amazônia envidaria esforços no sentido de melhorar a qualidade de vida dos comunitários bem como promover a preservação do meio ambiente. Nada mais





Ata da 3ª Audiência Pública da COMMARESV, realizada no dia 19/11/2021

havendo a tratar, o **presidente** agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública às doze horas e vinte e cinco minutos. E para que conste eu.....(Waleska Ribeiro, redatora), lavrei a presente Ata que depois de lida, discutida, votada e aprovada, foi assinada pelos membros presentes.

Ver. Kennedy Marques (PMN)

Presidente





CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

ASSINATURAS DIGITAIS

WALESKA HOLANDA DO NASCIMENTO RIBEIRO - REDATOR - 573.378.962-04 EM 13/12/2021 13:26:49
JOAO KENNEDY DE LIMA MARQUES - VEREADOR - 229.837.672-72 EM 13/12/2021 12:09:08

